

Continuação - Instituto Sócrates Guanaes - ISG/AMESJC AMESJC - Ambulatório Médico de Especialidades "Edy Costa Mendes" - São José dos Campos - CNPJ: 03.514.896/0001-15

17. Custos com programa de atividades de saúde – com restrição:

	2022	2021
Custo de pessoal próprio (i)	6.048.440,57	6.205.299,23
Materiais médicos e hospitalares	428.771,59	428.684,54
Medicamentos	109.459,78	87.670,91
Materiais de uso e consumo	207.045,24	181.828,70
Ajuste de Inventário e Perdas	3.924,40	5.180,65
Custos de serviços assistências e de apoio (ii)	6.578.077,97	6.983.913,26
	13.375.719,55	13.892.577,29

(i) Os custos de pessoal próprio compõem os gastos com as remunerações, encargos e benefícios dos funcionários. (ii) Os custos de serviços assistenciais e de apoio são compostos por gastos com Serviços de Manufatura, Locação, Serviços Médicos, laboratoriais entre outros serviços prestados por terceiros.

18. Despesa Operacionais atividades de saúde – com restrição:

18.1. Despesas Com Pessoal:

	2022	2021
Salários	1.405.125,75	1.415.377,46
Horas Extras	190,24	168,13
Adicionais	90.720,68	102.472,21
Férias	218.503,56	200.425,95
13º salário	149.200,86	147.339,77
Aviso Prévio	64.241,53	5.958,74
D.S.R	13,64	- 328,90
Indenizações	8,97	-
Auxílio Educação	7.928,95	9.880,95
Benefícios (i)	1.134,28	-
Encargos sobre a folha	635.565,45	656.160,99
Cursos, Treinamento e Capacitação	0,00	1.260,00
	2.572.633,91	2.538.715,30

As despesas com pessoal compõem os desembolsos com as remunerações e encargos dos funcionários. (i) Os benefícios são compostos por vale-transporte e vale alimentação/Refeição aos funcionários.

18.2. Serviços Prestados por Terceiros:

	2022	2021
Serviços Advocatórios	25.600,00	28.300,00
Serviços de Consultoria (i)	223.547,34	137.684,72
Serviços de Contabilidade	79.368,67	79.651,00
Serviços Especializados em TI	221.080,55	193.174,14
Serviços de RH	75.793,70	90.026,18
Serviços Gráficos	67.996,70	76.096,53
Despesas Corporativas (ii)	300.875,81	303.898,41
Outros Serviços	162.714,36	172.110,67
	1.156.977,13	1.080.941,65

(i) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do ambulatório, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico. (ii) São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada hospital paga a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade.

18.3. Despesas Gerais e Administrativas:

	2022	2021
Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral	33.748,42	47.653,86
Utilidades e Serviços (i)	191.698,07	181.978,08
Viagens e Estádias	6.373,98	1.281,03
Outros Despesas	89.678,52	3.913,18
	321.498,99	234.826,15
(i) São gastos com energia elétrica, telefonia, água, correios, cartório e seguro predial.		
18.4. Despesas Tributárias:	2022	2021
IOF	587,28	5.905,99
IRRF Sobre Aplicações Financeiras	15.524,00	4.083,11
Outros impostos e taxas	17.877,98	1.545,98
	33.989,26	11.535,08

André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes
Diretor presidente - CPF: 195.644.575-72

Ernesto Stangueti
Diretor Financeiro - CPF: 846.816.088-15

Raphael Lindenbach de Moraes
CRC 1SP 261037

Relatório - Contratado X Realizado

271 - Consultas Médicas

	1º Semestre	2º Semestre
	Cont.	Real.
Primeiras Consultas Rede	12.000	9.660
Interconsultas	1.800	2.311
Consultas Subseqüentes	12.000	12.619
Total	25.800	24.590

272 - Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos

	1º Semestre	2º Semestre
	Cont.	Real.
%Consultas Não Médicas	11.520	10.836
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	420	491
Total	11.940	11.327

571 - Cirurgia Ambulatorial Maior (CMA)

	1º Semestre	2º Semestre
	Cont.	Real.
Cirurgias ambulatoriais CMA	1.260	1.301
Total	1.260	1.301

572 - Cirurgia Ambulatorial Menor (cma)

	1º Semestre	2º Semestre
	Cont.	Real.
Cirurgias ambulatoriais cma	1.080	1.065
Total	1.080	1.065

275 - SADT Externo

	1º Semestre	2º Semestre
	Cont.	Real.
Diagnóstico por Radiologia	5.520	4.959
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	4.260	4.293
Diagnóstico por Endoscopia	2.520	2.180
Métodos Diagnósticos em Especialidades	4.260	3.862
Total	16.560	15.294

647 - Exames de Alta Suspeição - Oncologia

	1º Semestre	2º Semestre
	Cont.	Real.
US próstata abdominal	-	72
US tireóide	-	33
Total	-	105

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos diretores e conselheiros do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do Ambulatório Médico de Especialidades "Edy Costa Mendes" - AME SJC. São José dos Campos - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do AME SJC - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG - Gestor do AME SJC, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Subvenções e Reconhecimento da Receita:** Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito de Subvenções a receber da Secretária de Estado da Saúde de São Paulo - SES/SP, estão correlacionados na Nota "5 CONTRATOS DE GESTÃO E CONVENIOS", "15 RECEITAS OPERACIONAIS - COM RESTRIÇÃO" e "16 OUTRAS RECEITAS ATIVIDADE DE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO", todas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade. A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre os Créditos de Subvenções a receber, no valor de R\$1.8 milhão, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato de Nº 001.0500.000.001/2018 e seus respectivos termos aditivos, firmados entre a SES-SP - Secretária de Estado da Saúde de São Paulo e o INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Ambulatório Médico de Especialidades "Edy Costa Mendes", de São José dos Campos - AME SJC, será cumprido no exercício seguinte. A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, antecipadamente, custos/despesas, em relação aos repasses mensais, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 17,3 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude de o custo/despesa ter sido maior que os valores repassados para o período em análise. **Resposta da auditoria ao assunto:** Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/SP, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Realizamos testes para validar se o REGIME DE COMPETÊNCIA estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita. Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes. Semelhantemente, constatamos que a diferença da subvenção relacionada foi transferida para a conta de "contratos de gestão e convênios" no Ativo, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota "05 DEMONSTRATIVO DO CONTRATO DE GESTÃO", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB. **Critério Contábil - Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2):** Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério con-

tábil, estão relacionados na Nota "3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS", subitem "3.2 ATIVO IMOBILIZADO", letra "a", "RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO", informados nas demonstrações contábeis da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão Nº 001.0500.000.001/2018 e seus respectivos termos aditivos, firmados entre a SES-SP - Secretária de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialidades "Edy Costa Mendes", de São José dos Campos - AME SJC, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-SP e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do AME SJC optou por acatar o novo entendimento contábil. **Resposta da auditoria ao assunto:** Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL - Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou à NBC TG 26 (R5) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação as referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziriam a uma apresentação tão enganosa, em relação as Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da ESSÊNCIA SOBRE A FORMA, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. **Ênfase: Continuidade das operações, controles gerenciais do ativo e passivo compensado e transações entre partes relacionadas:** Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão Nº 001.0500.000.001/2018 e demais termos aditivos. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 30/04/2023. Nossa opinião não está ressalvada por este assunto. Os bens cedidos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão Nº 001.0500.000.001/2018 e demais termos aditivos, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guanaes - ISG, gestor do Ambulatório Médico de Especialidades "Edy Costa Mendes", de São José dos Campos - AME SJC. Contudo, evidenciamos os registros parciais destes bens em contas de controle, Ativo e Passivo compensado. Identificamos ainda que os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, estão sendo registrados em contas gerenciais (Ativo e Passivo compensado). Contudo, os valores não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio da Unidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 05 de abril de 2022. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, in-

dependentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São José dos Campos - SP, 31 de março de 2023.

Work7
Auditores Independentes SS
CRC 1GO 001891 "S" - SP

José Ricardo Xavier - Contador
CRC 1GO-013785/O-0 "S" SP
CVM 12.424



INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG

CNPJ nº 03.969.808/0001-70
Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América
Sala 712 - Caminho das Árvores - CEP 41820-790 - Salvador/BA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVÍDUAS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2022 (Em reais)
Table with columns for Nota, Matríz, Consolidado for 2022 and 2021, split into Ativo and Passivo sections.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em reais)
Table with columns for Nota, Matríz, Consolidado for 2022 and 2021, detailing income and expenses.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em reais)
Table with columns for Matríz, Consolidado for 2022 and 2021, showing cash flow from operations, investing, and financing.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em reais)
Table with columns for Matríz, Consolidado for 2022 and 2021, detailing income and expenses.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVÍDUAS E CONSOLIDADAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil ("ISG" ou "Instituto"), de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. Atualmente o ISG possui contratos de gestão hospitalar vigentes nas seguintes unidades: - HDI - Hospital de Doenças Tropicais, situado em Goiânia, Estado de Goiás. - CEAP-SOL - Condomínio Solidariiedade, situado em Goiânia, Estado de Goiás. - HEAL - Hospital Estadual Azevedo Lima, situado em Niterói, Estado do Rio de Janeiro. - HRR - Hospital Regional Jony Bossman, situado em Itambém, Estado de São Paulo. - HRSJC - Hospital Regional de São José dos Campos, situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo. - AME-SJC - Ambulatório Médico de Especialidades "Edu Costa Mendes", situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo. - HRR - Hospital Regional de Registro, situado em São Paulo, Estado de São Paulo. - HRLN - Hospital Regional Litoral Norte, situado em Caraguatatuba, Estado de São Paulo. - AME-Pariqueira-Açu - Ambulatório Médico de Especialidades, situado em Pariqueira-Açu, Estado de São Paulo. O Instituto também atua na gestão do HEC - Hospital Estadual Criança, em Salvador - Bahia e na gestão do HERC - Hospital Estadual Roberto Chabo, situado em Aranaua - Rio de Janeiro.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guanaes, e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à Interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade ITG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais, aprovada pela Resolução CFC 1.305/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, no caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento das Normas Contábeis em especial, estância sobre a forma, cujas sínteses estão demonstradas a seguir: 2.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, sendo que os ativos e passivos financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis - individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis - individuais e consolidadas. 3.1. Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros não derivativos: O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e recebíveis provenientes dos contratos de gestão que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente convertíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já aplicados às atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas, conforme previsto nos respectivos contratos de gestão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. (b) Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, remunerações/salários, obrigações sociais e tributárias e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são registrados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. Os valores a realizar dos contratos de gestão, refere-se a valores já recebidos para aplicação em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2023, conforme previsto nos Contratos de Gestão. 3.2. Ativo imobilizado: (a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Benefícios em bens de terceiros e instalações compreendem, principalmente, benefícios em unidades hospitalares locais a gestão do ISG, unidades avançadas e escritórios. O Instituto Sócrates Guanaes, por meio dos contratos de gestão e termos aditivos, administra diversos bens adquiridos com recursos dos contratos. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. Os contratos de gestão definem que tais bens são das Secretarias de Saúde de cada Estado e que ao final dos contratos estes serão devolvidos às respectivas Secretarias de Saúde dos Estados. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apenas, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. (b) Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil - econômica estimado dos bens. Em relação aos contratos de gestão, a depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos públicos advindos dos contratos de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, das Secretarias de Saúde de cada Estado. 3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"): O valor contábil do ativo imobilizado é revisado a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo, em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos dos contratos de gestão, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descrito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2022 e 2021. 3.4. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames, contudo possuem restrições de uso, conforme contratos de gestão. 3.5. Patrimônio Líquido: O Instituto aplica integralmente seus recursos, na forma da legislação aplicável, na manutenção de seus objetivos. 3.6. Apuração do resultado: As receitas, custos e despesas são reconhecidas, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. 3.7. Tributações: O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre a superávit. No caso, insumo tributo sobre o lucro, foi apurado e provisionado, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo para apuração do PIS é o valor da folha de pagamento, com aliquota de 1%, quando existente. Os valores apurados são recolhidos mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Table showing Cash and equivalents for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

As aplicações financeiras com e sem restrição, referem-se substancialmente a CDB e renda fixa no Banco do Brasil e Santander, e Fundo de investimento da Caixa Econômica Federal ("Caixa FC") e Santander, conta poupança no Bradesco, de curto prazo, remunerados a taxas de mercado. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos, no curto prazo, rapidamente convertíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. (*) Cada recurso recebido em razão dos contratos de gestão é alocado em contas-correntes e aplicações financeiras que foram criadas especificamente para ger-los e aplicá-los devidamente. Porém, o ISG é responsável pelas aplicações destes recursos e todos estão sujeitos a restrições e/ou vinculação por parte dos contratantes.

(a) Aplicações Financeiras - com restrição

Table showing financial applications with restrictions for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

(b) Aplicações Financeiras - sem restrição

Table showing financial applications without restrictions for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

5. CONTRATOS DE GESTÃO CONVÊNIOS

Table showing management contracts for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

O saldo a receber relativo aos Contratos de Gestão - CG refere-se a valores já aplicados às atividades sociais das unidades do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas nos primeiros meses de 2023 (exceto quanto ao HEAL CG 004/2014 e ao HERSJC), conforme previsto nos respectivos contratos de gestão das unidades. (*) Saldo a receber dos contratos de gestão do HERSJC-HEAL CG 004/2014, unidades que já foram encerradas, estão sendo discutidos com o Instituto com os órgãos competentes.

6. CONTAS A RECEBER

Table showing accounts receivable for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

7. IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES RECUPERAR

Table showing tax and contribution recoveries for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

(f) Valor referente ao pagamento da primeira parcela do parcelamento de IRRF ainda não consolidado das unidades HDI e HEAL CG 004/2014.

8. ADIANTAMENTOS A TERCEIROS

Table showing advances to third parties for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

9. ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS

Table showing advances to employees for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

10. ESTOQUE

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:

Table showing inventory for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

11. DESPESAS ANTECIPADAS

Table showing prepaid expenses for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

12. DEPOSITOS/BLIQUEIOS JUDICIAIS

Table showing judicial deposits for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

13. TRANSAÇÕES ENTRE UNIDADES

a) Ativo

Table showing inter-unit assets for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

a) Passivo

Table showing inter-unit liabilities for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

14. IMOBILIZADO

As transações entre unidades Matríz e Filiais formam eliminadas quanto da elaboração das demonstrações contábeis consolidadas.

15. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO

Bens Cedidos em Comodato 2021

Table showing compensated assets for 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

16. FORNECEDORES - NACIONAIS

Forneceedores de bens e mercadorias (a) Forneceedores de serviços (b)

Table showing national suppliers for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim compostas:

Table showing salaries and social charges for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

18. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Programa atividades de saúde (a) Receita ressarcimento rescisão atividades de saúde (b) Outras receitas atividade de saúde (c)

Table showing restricted revenues for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

(a) Curto Prazo

Table showing short-term tax liabilities for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

(b) Longo Prazo

Table showing long-term tax liabilities for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

19. SUBVENÇÕES ASSISTENCIAIS A REALIZAR

O montante de subvenção a realizar proveniente dos contratos de gestão está composto da seguinte forma:

Table showing assistance subsidies to be realized for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Adiantamentos de Clientes Aluguéis a Pagar Medicamentos Recebidos de SES Medicamentos Recebidos de Terceiros Provisões a Devoolver Provisões de Serviços (a) Outras a Compensar Outras Contas a Pagar

Table showing other liabilities for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

21. CONTINGÊNCIAS

O Instituto é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as teses das demandas judiciais pendentes e o histórico de pagamento em relação aos valores reclamados, quando aplicável, e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos futuros, consideradas como prováveis perdas. Em detrimento a NBC TG 25 (R2), a Entidade deve divulgar, apenas, em nota explicativa, a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo corpo jurídico, como possíveis perdas. Neste sentido, os processos que foram classificados como prováveis e possíveis perdas pelo departamento jurídico da Entidade, foram:

Table showing contingencies for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

(*) Para a unidade CEAP-SOL, que totaliza R\$ 425.768,41 em ações prováveis, e HDQue totaliza R\$ 803.767,70 em ações prováveis e R\$ 793.767,70 em ações possíveis, ambas com atuação no Estado de Goiás, possuem cláusulas específicas sobre as contingências cíveis e trabalhistas, onde estabelecem que apesar da responsabilidade ser da CONTRATADA (ISG), a CONTRATANTE (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento das provisões trabalhistas ou cíveis, apenas informações em notas explicativas.

22. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Programa atividades de saúde (a) HDTA

Table showing restricted revenues for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

(*) Para a unidade CEAP-SOL, que totaliza R\$ 425.768,41 em ações prováveis, e HDQue totaliza R\$ 803.767,70 em ações prováveis e R\$ 793.767,70 em ações possíveis, ambas com atuação no Estado de Goiás, possuem cláusulas específicas sobre as contingências cíveis e trabalhistas, onde estabelecem que apesar da responsabilidade ser da CONTRATADA (ISG), a CONTRATANTE (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento das provisões trabalhistas ou cíveis, apenas informações em notas explicativas.

22. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Programa atividades de saúde (a) HDTA

Table showing restricted revenues for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

(*) Para a unidade CEAP-SOL, que totaliza R\$ 425.768,41 em ações prováveis, e HDQue totaliza R\$ 803.767,70 em ações prováveis e R\$ 793.767,70 em ações possíveis, ambas com atuação no Estado de Goiás, possuem cláusulas específicas sobre as contingências cíveis e trabalhistas, onde estabelecem que apesar da responsabilidade ser da CONTRATADA (ISG), a CONTRATANTE (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento das provisões trabalhistas ou cíveis, apenas informações em notas explicativas.

22. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Programa atividades de saúde (a) HDTA

Table showing restricted revenues for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

(*) Para a unidade CEAP-SOL, que totaliza R\$ 425.768,41 em ações prováveis, e HDQue totaliza R\$ 803.767,70 em ações prováveis e R\$ 793.767,70 em ações possíveis, ambas com atuação no Estado de Goiás, possuem cláusulas específicas sobre as contingências cíveis e trabalhistas, onde estabelecem que apesar da responsabilidade ser da CONTRATADA (ISG), a CONTRATANTE (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento das provisões trabalhistas ou cíveis, apenas informações em notas explicativas.

22. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Programa atividades de saúde (a) HDTA

Table showing restricted revenues for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

(*) Para a unidade CEAP-SOL, que totaliza R\$ 425.768,41 em ações prováveis, e HDQue totaliza R\$ 803.767,70 em ações prováveis e R\$ 793.767,70 em ações possíveis, ambas com atuação no Estado de Goiás, possuem cláusulas específicas sobre as contingências cíveis e trabalhistas, onde estabelecem que apesar da responsabilidade ser da CONTRATADA (ISG), a CONTRATANTE (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento das provisões trabalhistas ou cíveis, apenas informações em notas explicativas.

22. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Programa atividades de saúde (a) HDTA

Table showing restricted revenues for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

(*) Para a unidade CEAP-SOL, que totaliza R\$ 425.768,41 em ações prováveis, e HDQue totaliza R\$ 803.767,70 em ações prováveis e R\$ 793.767,70 em ações possíveis, ambas com atuação no Estado de Goiás, possuem cláusulas específicas sobre as contingências cíveis e trabalhistas, onde estabelecem que apesar da responsabilidade ser da CONTRATADA (ISG), a CONTRATANTE (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento das provisões trabalhistas ou cíveis, apenas informações em notas explicativas.

22. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Programa atividades de saúde (a) HDTA

Table showing restricted revenues for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

(*) Para a unidade CEAP-SOL, que totaliza R\$ 425.768,41 em ações prováveis, e HDQue totaliza R\$ 803.767,70 em ações prováveis e R\$ 793.767,70 em ações possíveis, ambas com atuação no Estado de Goiás, possuem cláusulas específicas sobre as contingências cíveis e trabalhistas, onde estabelecem que apesar da responsabilidade ser da CONTRATADA (ISG), a CONTRATANTE (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento das provisões trabalhistas ou cíveis, apenas informações em notas explicativas.

22. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Programa atividades de saúde (a) HDTA

Table showing restricted revenues for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

(*) Para a unidade CEAP-SOL, que totaliza R\$ 425.768,41 em ações prováveis, e HDQue totaliza R\$ 803.767,70 em ações prováveis e R\$ 793.767,70 em ações possíveis, ambas com atuação no Estado de Goiás, possuem cláusulas específicas sobre as contingências cíveis e trabalhistas, onde estabelecem que apesar da responsabilidade ser da CONTRATADA (ISG), a CONTRATANTE (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento das provisões trabalhistas ou cíveis, apenas informações em notas explicativas.

22. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Programa atividades de saúde (a) HDTA

Table showing restricted revenues for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

(*) Para a unidade CEAP-SOL, que totaliza R\$ 425.768,41 em ações prováveis, e HDQue totaliza R\$ 803.767,70 em ações prováveis e R\$ 793.767,70 em ações possíveis, ambas com atuação no Estado de Goiás, possuem cláusulas específicas sobre as contingências cíveis e trabalhistas, onde estabelecem que apesar da responsabilidade ser da CONTRATADA (ISG), a CONTRATANTE (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento das provisões trabalhistas ou cíveis, apenas informações em notas explicativas.

22. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Programa atividades de saúde (a) HDTA

Table showing restricted revenues for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

(*) Para a unidade CEAP-SOL, que totaliza R\$ 425.768,41 em ações prováveis, e HDQue totaliza R\$ 803.767,70 em ações prováveis e R\$ 793.767,70 em ações possíveis, ambas com atuação no Estado de Goiás, possuem cláusulas específicas sobre as contingências cíveis e trabalhistas, onde estabelecem que apesar da responsabilidade ser da CONTRATADA (ISG), a CONTRATANTE (SES/GO) assume todo o ônus financeiro dos custos de desligamento com colaboradores, motivo pelo qual, não houve o reconhecimento das provisões trabalhistas ou cíveis, apenas informações em notas explicativas.

22. RECEITAS COM RESTRIÇÃO

Programa atividades de saúde (a) HDTA

Table showing restricted revenues for 2022 and 2021, split into Matríz and Consolidado columns.

... continuação

Instituto Sócrates Guanaes - ISG/AMESJG

17. Custos com programa de atividades de saúde

	2021	2020
Custo de pessoal próprio (i)	6.205.299,23	6.281.185,01
Matérias médicas e hospitalares	428.684,54	584.170,28
Medicamentos	87.670,91	102.670,39
Matérias de uso e consumo	181.828,70	242.531,90
Ajuste de Inventário e Perdas	5.180,65	(13.388,75)
Custos de serviços assistenciais e de apoio (ii)	6.983.913,26	8.361.406,07
Bens Adquiridos com recursos do contrato de gestão	-	7.587,86
	<u>13.892.577,29</u>	<u>15.566.162,76</u>

(i) Os custos de pessoal próprio compõem os gastos com as remunerações, encargos e benefícios dos funcionários. (ii) Os custos de serviços assistenciais e de apoio são compostos por gastos com Serviços de Manutenção, Locação, Serviços Médicos, laboratoriais entre outros serviços prestados por terceiros. Houve mudança no critério e apresentação para as receitas referentes a investimentos na aquisição e bens, onde, para o exercício 2020 estavam contidos nesta nota (17), e para exercício 2021 os valores estão contidos na nota (19) "Bens Adquiridos CG atividade de saúde com restrição" **18. Despesa Operacionais atividades de saúde: 18.1. Despesas com Pessoal**

	2021	2020
Salários	1.415.377,46	1.409.426,68
Horas Extras	168,13	3.107,32
Adicionais	102.472,21	95.860,63
Férias	200.425,95	185.211,90
13º salário	147.339,77	140.852,42
Aviso Prévio	5.958,74	1.387,86
D.S.R	(328,90)	-
Indenizações	-	280.933,20
Auxílio Educação	9.880,95	8.080,76
Benefícios (i)	-	-
Encargos sobre a folha	656.160,99	546.344,00
Cursos, Treinamento e Capacitação	1.260,00	-
	<u>2.538.715,30</u>	<u>2.671.204,77</u>

As despesas com pessoal compõem os desembolsos com as remunerações e encargos dos funcionários. (i) Os benefícios são compostos por vale-transporte e vale alimentação/Refeição aos funcionários.

18.2. Serviços Prestados por Terceiros

	2021	2020
Serviços Advocatícios	28.300,00	23.990,00
Serviços de Consultoria (i)	137.684,72	191.313,28
Serviços de Contabilidade	79.651,00	91.192,74
Serviços Especializados em TI	193.174,14	381.509,34
Serviços de RH	90.026,18	74.569,09
Serviços Gráficos	76.096,53	43.637,85
Despesas Corporativas (iii)	303.898,41	352.941,52
Outros Serviços	<u>172.110,67</u>	<u>230.732,96</u>
	<u>1.080.941,65</u>	<u>1.389.886,78</u>

(i) Os serviços de consultoria são compostos por prestadores de serviços que gerem a qualidade da operação do ambulatório, prestadores que controlam o atendimento e orientam os médicos e serviços de acompanhamento educacional e metodológico. (ii) Os serviços de Assessoria em processos são aqueles de apoio administrativo, controle de custos, acompanhamento da plataforma de compras, entre outros. (iii) São as despesas com funcionários que prestam serviços para todas as unidades do ISG, portanto cada hospital paga a parte proporcional as horas técnicas aplicadas para cada unidade. **18.3. Despesas Gerais e Administrativas:**

	2021	2020
Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral	47.653,86	150.617,41
Utilidades e Serviços (i)	181.978,08	173.451,65
Viagens e Estadias	1.281,03	12.135,84
Outros Despesas	3.913,18	13.714,37
	<u>234.826,15</u>	<u>349.919,27</u>

(i) São gastos com energia elétrica, telefonia, água, correios, cartório e seguro predial. **18.4. Despesas Tributárias:**

	2021	2020
IOF	5.905,99	1.527,16

	2021	2020
IRRF Sobre Aplicações Financeiras	4.083,11	9.282,72
Outros impostos e taxas	1.545,98	-
	<u>11.535,08</u>	<u>10.809,88</u>

19. Bens Adquiridos CG atividade de saúde com restrição

	2021	2020
Bens Adquiridos CG atividade de saúde com restrição	1.050.000,00	-
	<u>1.050.000,00</u>	<u>-</u>

20. Resultado Financeiro atividades de saúde

	2021	2020
Receitas Financeiras	25.618,98	40.811,69
Despesas Financeiras	(13.565,20)	(14.464,00)
	<u>12.053,78</u>	<u>26.347,69</u>

21. Eventos subsequentes: Até a data de apresentação não houve identificação de eventos que pudessem ser objeto de nota. Era o que tínhamos a relatar e esclarecer, em adendo às Demonstrações Financeiras ora encerradas e apresentadas. São Jose dos Campos - SP, 04 de abril de 2022.

Diretoria
André Mansur de Carvalho Guanaes Gomes Diretor presidente - CPF: 195.644.575-72
Ernesto Stangueti Diretor Financeiro - CPF: 846.816.088-15
Raphael Lindenbach de Moraes CRC 1SP 261037

Relatório - Contratado X Realizado

271 - Consultas Médicas

	1º Semestre	2º Semestre
Primeiras Consultas Rede	10.560	10.560
Interconsultas	2.400	2.400
Consultas Subseqüentes	11.040	11.040
Total	24.000	24.000

272 - Consultas Não Médicas/Procedimentos Terapêuticos Não Médicos

	1º Semestre	2º Semestre
Consultas Não Médicas	11.340	11.340
Procedimentos Terapêuticos (sessões)	600	600
Total	11.940	11.940

571 - Cirurgia Ambulatorial Maior (CMA)

	1º Semestre	2º Semestre
Cirurgias ambulatoriais CMA	1.980	1.980
Total	1.980	1.980

572 - Cirurgia Ambulatorial Menor (cma)

	1º Semestre	2º Semestre
Cirurgias ambulatoriais cma	1.200	1.200
Total	1.200	1.200

275 - SADT Externo

	1º Semestre	2º Semestre
Diagnóstico por Radiologia	4.320	4.320
Diagnóstico por Ultra-Sonografia	5.160	5.160
Diagnóstico por Endoscopia	2.760	2.760
Métodos Diagnósticos em Especialidades	4.680	4.680
Total	16.920	16.920

647 - Exames de Alta Suspeição - Oncologia

	1º Semestre	2º Semestre
US próstata abdominal	-	240
US tireóide	-	240
Total	-	480

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos diretores e conselheiros do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do Ambulatório Médico de Especialistas "EDY COSTA MENDES" - AME SJC. São José dos Campos - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do AME SJC - que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Sócrates Guanaes - ISG - Gestor do AME SJC, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade auditada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria, das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Crédito de Subvenção e Reconhecimento da Receita:** Os detalhes sobre a política contábil, relativos a Crédito de Subvenções a receber da Secretária de Estado da Saúde de São Paulo - SES/SP, estão correlacionados nas Notas "5. Demonstrativo do Contrato de Gestão", "15. Receitas Operacionais - Com Restrição" e "16. Outras Receitas Atividade de Saúde - Com Restrição, todas relacionadas nas demonstrações contábeis da Entidade. A avaliação realizada pela administração da Entidade, sobre os Créditos de Subvenções a receber, no valor de R\$ 1.798 milhão, envolve o pressuposto de que o acordado no contrato de Nº 001.0500.000.001/2018 e seus respectivos termos aditivos, firmados entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde do Ambulatório Médico de Especialistas "Edy Costa Mendes", de São José dos Campos - AME SJC, será cumprido no exercício seguinte. A decisão concretizada pela Administração da Entidade foi de honrar com os critérios exigidos no contrato de Gestão. Neste sentido, a Entidade realizou, antecipadamente, custos/despesas, em relação aos repasses mensais, definidos em contrato, fato este que gerou um reconhecimento de Receita com atividade de saúde na ordem de R\$ 17.746 milhões, ocasionando o reconhecimento do crédito de subvenção a favor da Entidade, em virtude de o custo/despesa ter sido maior que os valores repassados para o período em análise. **Resposta da auditoria ao assunto:** Avaliamos a consistência entre a política contábil, relacionada com o registro das Subvenções Governamentais a Realizar/Executar, vinculado ao contrato de gestão junto a SES/SP, e se os procedimentos contábeis foram aplicados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de contabilidade. Realizamos testes para validar se o Regime de Competência estava sendo observado, se a receita de subvenção governamental estava reconhecida ao longo do período necessário, e se esta foi confrontada com as despesas correspondentes, quando existentes. Também, verificamos que a receita não estava sendo reconhecida no momento de seu recebimento, uma vez que a Entidade necessita cumprir regras contratuais para realizar o reconhecimento dessa receita. Contudo, realizamos uma análise da correlação entre o reconhecimento da receita de subvenção em confronto com as despesas correspondentes. Semelhantemente, constatamos que a diferença da subvenção relacionada foi transferida para a conta de "contratos de gestão e convênios" no Ativo, uma vez que o contrato suporta o reconhecimento da receita em relação a tais custos/despesas, conforme relacionado na Nota "05 DEMONSTRATIVO DO CONTRATO DE GESTÃO", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB **Critério Contábil - Atendimento parcial da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 07 (R2):** Os detalhes sobre a política contábil, concernentes a mudança de critério contábil, estão relacionados na Nota "3 - Principais Políticas Contábeis", subitem "3.2 Ativo Imobilizado", letra "a", "Reconhecimento e Mensuração", informados nas demonstrações

contábeis da Entidade. A decisão tomada pela Administração da Entidade foi de não reconhecer os bens tangíveis e intangíveis, adquiridos com recursos do contrato de gestão Nº 001.0500.000.001/2018 e seus respectivos termos aditivos, firmados entre a SES-SP - Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e o Instituto Sócrates Guanaes - ISG, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no Ambulatório Médico de Especialistas "Edy Costa Mendes", de São José dos Campos - AME SJC, como sendo da Entidade. Portanto, esses bens não são registrados no grupo Ativo Imobilizado. O contrato deixa claro que tais bens são do Estado, por meio da SES-SP e que, ao final do instrumento pactuado, estes serão devolvidos à contratante. Neste sentido, a Entidade gestora do AME SJC optou por acatar o novo entendimento contábil. **Resposta da auditoria ao assunto:** Em análise as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, em especial as Resoluções CFC N.º 1.374/11, que dá nova redação à NBC TG Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual, para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e Resolução CFC N.º 1.185/09, que aprovou à NBC TG 26 (R5) Apresentação das Demonstrações Contábeis, obtém-se o entendimento que a essência sobre a forma deve prevalecer. Em observação às referidas Resoluções, entendemos que, em circunstâncias extremamente raras, nas quais a administração da Entidade vier a concluir que a conformidade com um ou mais requisitos das normas, interpretações ou comunicados técnicos conduziram a uma apresentação tão enganosa, em relação às Demonstrações Contábeis, que entraria em conflito com o objetivo das demonstrações contábeis, qual seja, exigência à contínua obediência da prevalência da Essência sobre a Forma, estabelecido na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, a Entidade não deveria aplicar esse(s) requisito(s). Neste sentido, encaminhamos consulta ao Conselho Federal de Contabilidade, o qual reconheceu que de fato esses bens deveriam ser reconhecidos diretamente em conta de resultado e confrontados com a subvenção relacionada, assegurando o controle em contas próprias, conforme previsão contratual, e atendimento a essência sobre a forma, contrariando parte dos dizeres da Resolução CFC 1.305/2010, que aprova a NBC TG 07 (R2) - Subvenção e Assistência Governamentais. **Ênfase - Continuidade das operações, controles gerenciais do ativo e passivo compensado e transações entre partes relacionadas:** Os recursos destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Entidade são providos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão Nº 001.0500.000.001/2018 e demais termos aditivos. Contudo, indicamos a existência de incerteza quanto à continuidade/prorrogação do contrato de gestão, prevista para conclusão em 30/04/2023. **Nossa opinião não está ressalvada por este assunto:** Os bens cedidos pela SES-SP, conforme previsto no Contrato de Gestão Nº 001.0500.000.001/2018 e demais termos aditivos, estão sob a guarda e responsabilidade do Instituto Sócrates Guanaes - ISG, gestor do Ambulatório Médico de Especialistas "Edy Costa Mendes", de São José dos Campos - AME SJC. Contudo, não evidenciamos os registros destes bens em contas de controle, Ativo e Passivo compensado. Identificamos ainda que os bens adquiridos com recursos do contrato de gestão, estão sendo registrados em contas gerenciais (Ativo e Passivo compensado). Contudo, os valores não são análogos aos controles apresentados pelo departamento de patrimônio da Unidade, e, por força de contrato, podem ocasionar contingências passivas. Nossa opinião não está ressalvada por estes assuntos. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação, foram, por essa Auditoria, examinadas de acordo com as normas de auditoria vigente naquela data. Por ocasião, foi emitido relatório de auditoria, sem modificação, em 25 de março de 2021. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis,

a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria, com o fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São José dos Campos - SP, 05 de abril de 2022

Work7 José Ricardo Xavier - Contador
Auditores Independentes SS CRC 1GO-013785/O-0 "S" SP
 CRC 1GO 001891 "S" - SP CVM 12.424



INSTITUTO SÓCRATES GUANAES - ISG
CNPJ nº 03.969.808/0001-70
Alameda Salvador, 1.057 - Condomínio Salvador Shopping Business - Torre América
Salá 712 - Caminho das Árvores - CEP 41820-790 - Salvador/BA

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

Table with columns: Nota, Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Section: BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais). Rows include Ativo Circulante, Ativo não circulante, Total do ativo, Passivo e patrimônio social, etc.

Table with columns: Nota, Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Section: BALANÇO PATRIMONIAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais). Rows include Passivo e patrimônio social, Circulante, Não Circulante, etc.

Table with columns: Nota, Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Section: DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais). Rows include Receitas com restrição, Receitas sem restrição, Custos com programa com restrição, etc.

Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Section: DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais). Rows include Fluxos de caixa das atividades sociais, Operacionais, Investimentos, etc.

Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Section: DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais). Rows include Subvenções e assistências a realizar, Transações entre unidades, etc.

Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Section: DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em reais). Rows include Receitas operacionais, Receitas de despesas, etc.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
O Instituto Sócrates Guanaes - ISG é uma Associação Civil (ISG ou "Instituto"), de direito privado, sem fins lucrativos e econômicos, qualificada como Organização Social, fundada em 13 de julho de 2000, com sede e foro em Salvador, Estado da Bahia, e tem por objetivo a realização de atividades ligadas à promoção e participação ativa nas ações de ensino e pesquisa, promoção e desenvolvimento de tecnologia em gestão voltada para valorização da ética e princípios humanísticos vinculados à medicina e outras áreas da saúde. Especializada em gestão de serviços de saúde seja ela pública ou privada, utilizando-se de técnicas inovadoras de gestão e equipe altamente qualificada, vem transformando a realidade de atendimento à saúde por onde passa. Atualmente o ISG possui contratos de gestão hospitalar vigentes nas seguintes unidades: - HDI - Hospital de Doenças Tropicais, situado em Goiânia, Estado de Goiás; - CEAP-SOL - Condomínio Solidária, situado em Goiânia, Estado de Goiás; - HEAL - Hospital Estadual Azevedo Lima, situado em Ilhéus, Estado do Rio de Janeiro; - HRIR - Hospital Regional Jorge Rossman, situado em Itanhaém, Estado de São Paulo; - HRSIC - Hospital Regional de São José dos Campos, situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo; - AME-SJC - Ambulatório Médico de Especialidades "Edy Costa Mendes", situado em São José dos Campos, Estado de São Paulo; - HRR - Hospital Regional de Registro, situado em São Paulo, Estado de São Paulo; - HRN - Hospital Regional Litoral Norte, situado em Caraguatatuba, Estado de São Paulo; - AME-Parqueira-Ácu - Ambulatório Médico de Especialidades, situado em Parqueira-Ácu, Estado de São Paulo; O Instituto também atua na gestão do HEC - Hospital Estadual Chabo, em Salvador - Bahia e na gestão do HERC - Hospital Estadual Roberto Chabo, situado em Araramã - Rio de Janeiro.

2. BASE DE PREPARAÇÃO
2.1. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas abrangem apenas as operações do Instituto Sócrates Guanaes, e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), consubstanciadas, principalmente, no que tange à interpretação Técnica ITG 2002 (R1), aplicáveis às Entidades sem finalidade de lucro, aprovada pela Resolução (CFI) 1.409/2012, na Norma Brasileira de Contabilidade ITG (R2) - Subvenção e Assistência Governamental, aprovada pela Resolução (CFC) 1.355/2010, com exceção do reconhecimento da receita em detrimento do valor do custo da depreciação, na caso de aquisição de bens com recursos do contrato de gestão, por força do entendimento das Normas Contábeis em especial, essência sobre a forma, cuja síntese está demonstrada e as seguir: 2.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, sendo que o ativo e passivo financeiros estão mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, nos casos aplicáveis. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis - individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. 2.4. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis - individuais e consolidadas de acordo com as normas do CPC exige a adoção de estimativas e julgamentos que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis - individuais e consolidadas. 3.1. Instrumentos financeiros: (a) Ativos financeiros não derivativos: O Instituto tem como ativos financeiros não derivativos caixa e equivalentes de caixa e contas a receber provenientes dos contratos de gestão que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Caixa e equivalentes de caixa estão representados por saldos de bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com prazos de vencimentos inferiores a 90 dias, que são prontamente conversíveis em numerário. O valor de recebíveis de contratos de gestão, refere-se a valores já classificados e atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve a contrapartida da subvenção, que devem ser realizadas, conforme previsto nos respectivos contratos de gestão. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. (b) Passivos financeiros não derivativos: Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retidas, canceladas ou vencidas. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os passivos financeiros não derivativos do Instituto estavam representados por fornecedores, remunerações/salários, obrigações sócias e tributárias e outras contas a pagar. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de qualquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento financeiro, estes passivos financeiros são registrados em seu valor nominal menos o efeito de juros efetivos. Os valores a realizar dos contratos de gestão, refere-se a valores já recebidos para aplicação em atividades sociais do Instituto (custos e/ou despesas - regime de competência), para os quais ainda não houve o referido gasto da subvenção, e que devem ser realizados nos primeiros meses de 2022, conforme previsto nos Contratos de Gestão. 3.2. Ativo imobilizado: (a) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas. Benefícios em bens de terrenos e instalações compreendem, principalmente, benefícios em unidades hospitalares sob a gestão do ISG, unidades, zonas e escritórios. O Instituto reconhece ganhos, por meio dos contratos de gestão e termos aditivos, mediante diversos bens adquiridos com recursos dos contratos. Pelo novo entendimento à regra contábil, esses bens deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível. Os contratos de gestão definem que tais bens são das Secretarias de Saúde de cada Estado e que ao final dos contratos estes serão devolvidos às respectivas Secretarias de Saúde dos Estados. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam, apesar de, sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. (b) Depreciação: A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil econômica estimado dos bens. Em relação aos contratos de gestão, a depreciação, cuja regra define que deve ser calculada pela estimativa de vida útil, deixou de ser aplicada aos bens adquiridos com recursos públicos advindos dos contratos de gestão, em virtude de estes não serem de propriedade do Instituto Sócrates Guanaes, mas, sim, das Secretarias de Saúde de cada Estado. 3.3. Redução ao valor recuperável ("impairment"): O valor contábil do ativo imobilizado é revertido a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Contudo, em virtude do novo entendimento à regra contábil, os bens adquiridos com recursos dos contratos de gestão, deixam de ser registrados no imobilizado e no intangível do Instituto, conforme informado no item 3.2 acima descreito. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Não houve indicação de perda no valor recuperável dos valores contábeis do ativo imobilizado do Instituto em 31 de dezembro de 2021 e 2020. 3.4. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques, usando-se o custo médio ponderado móvel e, em geral, compreendem os insumos de utilização na operação do Instituto (materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.), sendo que os mesmos se apresentam livres de impostos e outros custos, sob o princípio passivo restritivo de uso, conforme contido no item 3.5. 3.5. Patrimônio líquido: O Instituto aplica integralmente seus recursos, na forma da legislação aplicável, na manutenção de seus objetivos. 3.6. Apreciação do resultado: Os resultados, custos e despesas são reconhecidos, mensalmente, respeitando os princípios Fundamentais de Contabilidade, em especial os Princípios da Oportunidade e da Competência. No que se refere às subvenções para custeio e investimento, estas são apropriadas em conta do passivo, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado. 3.7. Tributação: O Instituto é uma entidade sem fins lucrativos, isenta de recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Por isso, nenhum tributo sobre o lucro, foi apurado e provisionado, em face do benefício fiscal aqui descrito. A base de cálculo para apuração do PIS e do ITR, foi apurado e provisionado, com alíquota de 1%. Os valores apurados são recolhidos mensalmente.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Caixa com restrição, Bancos conta movimento com restrição, Bancos conta movimento sem restrição, Aplicações financeiras com restrição, Aplicações financeiras sem restrição.

5. CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIOS
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include HDI, HERC, HEAL, HRSIC, CEAP-SOL, HRR, AME-PA, HRSN, HRN, HRR.

6. CONTAS A RECEBER
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Adiantamento Ouro Cap, Adiantamento de Honorários, Outros Adiantamentos, Reembolsos a receber.

7. IMPOSTO E CONTRIBUIÇÕES RECUPERAR
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include ISS a Compensar, PIS a Recuperar, INSS Parcelamento, PIS a Recuperar, Tributos pagos a maior ou indevidamente, Demais Tributos Antecipados.

8. ADIANTAMENTOS A TERCEIROS
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Adiantamento a Fornecedor, Adiantamento de Honorários, Outros Adiantamentos, Reembolsos a receber.

9. ADIANTAMENTOS A FUNCIONÁRIOS
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Antecipação de Salários e Ordenados, Antecipação 13º Salário, Antecipação de Férias, Adiantamento de Despesas, Antecipação Rescisão.

10. ESTOQUE
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os estoques estavam assim compostos e estão apresentados pelo valor de custo médio de aquisição:
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include HDI, CEAP-SOL, HRSIC, AME-PA, HRSN, HRN, HRR.

11. DESPESAS ANTECIPADAS
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Prêmios de Seguros, Vale-Transporte, Vale-Refeição/Vale-Alimentação, Vale-Combustível.

12. DEPOSITOS/BLOQUEIOS JUDICIAIS
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Ações Trabalhistas, Ações Tributárias, Bloqueio Judicial.

13. TRANSAÇÕES ENTRE UNIDADES
a) Ativo
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include HEAL, HERC, Partes Relacionadas.
a) Passivo
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include HDI, HEAL, ISG-Fillal SP.

14. IMOBILIZADO
Table with columns: Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos, Equipamentos de Informática, Beneficiárias em Propriedade de Terceiros, Imobilizado em andamento, Total. Rows include Custos em 31 de dezembro de 2020, Adição, Depreciação, Custos em 31 de dezembro de 2021, Depreciação no exercício, Custos em 31 de dezembro de 2021, Valor residual contábil, Custos em 31 de dezembro de 2021, Depreciação em 2021, Custos em 31 de dezembro de 2021, Depreciação em 2021.

15. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO
Bens Cedidos em Comodato
Table with columns: Custo, Precificados, Transferidos, Custo 2021. Rows include Bens Recebidos em Comodato, Totais.
Bens Adquiridos no Contrato Gestão
Table with columns: Custo, Aquisições, Balixa, Custo 2021. Rows include Instalações, Móveis e Utensílios, Máquinas Equipamentos, Equipamentos de Informática, Veículos, Beneficiárias em Propriedade de Terceiros, Direitos de Uso de Software, Totais.
Discriminação
Table with columns: Custo, Precificados, Transferidos, Custo 2021. Rows include Bens Recebidos em Doação, Totais.
Bens Cedidos para o Contrato Gestão
Table with columns: Custo, Aquisições, Transferidos, Custo 2021. Rows include Móveis e Utensílios, Máquinas Equipamentos, Equipamentos de Informática, Veículos, Beneficiárias em Propriedade de Terceiros, Direitos de Uso de Software, Totais.
COVID - 19
Table with columns: Custos, Precificados, Transferidos, Custo 2021. Rows include Insumos, Serviços prestados, Horas Extras, Totais.

16. FORNECEDORES - NACIONAIS
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Fornecedores de bens e mercadorias (a), Fornecedores de serviços (b), Fornecedores LP (c).

17. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS
As obrigações são decorrentes basicamente das folhas de pagamentos do Instituto e estão assim compostas:
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Salários e rescisões a pagar, Autônomos a pagar, Pensão a pagar, INSS, FGTS, Provisões de férias e encargos, Outros, Totais.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
(a) Curto Prazo
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Imposto de renda retido na fonte, INSS retido de terceiros, INSS retido de terceiros, PIS / COFINS e CSLL retidos de terceiros, PIS sobre folha de pagamento, COFINS e recolhimento Parcelamentos, Totais.
(b) Longo Prazo
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Parcelamentos PERB, Parcelamentos ORDINÁRIOS, Parcelamentos SIMPLIFICADOS, Autos de Infrações Trabalhistas, Parcelamento ISS, INSS Parcelamento, Totais.

19. SUBVENÇÕES ASSISTENCIAIS A REALIZAR
O montante de subvenção a realizar proveniente dos contratos de gestão está composto da seguinte forma:
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Subvenção para custeio, Benefícios Governamentais - Susp. Glosa, Outras subvenções, Totais.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Adiantamentos de Clientes, Aluguéis a Pagar, Medicamentos Recebidos da SES, Medicamentos Recebidos de TERCIOS, Valores a Devolver, Provisão de Serviços, Outras Contas a Pagar, Pagamentos 13º e Férias, Totais.

21. CONTINGÊNCIAS
O Instituto é parte em ações judiciais perante vários tribunais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e tributárias. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisou as teses das demandas judiciais pendentes e o histórico de pagamento em relação aos valores reclamados, quando aplicável, e constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos futuros, e consideradas como prováveis perdidas. Em detrimento à NBC TG (R2), a Entidade deve divulgar, apenas em nota explicativa, a existência de processos judiciais em trâmite, os quais são considerados, pelo corpo jurídico, como passíveis perdas. Neste sentido, os processos que foram classificados como prováveis e passíveis perdas pelo departamento jurídico da Entidade, foram:
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Trabalhista, Cível, Tributária, Valor estimado, Trabalhista, Cível, Tributária, Valor estimado.

22. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include PIS e COFINS, INSS, Totais.

23. RECEITAS SEM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Receitas de subvenções realizadas em razão da execução dos contratos de gestão firmados entre o ISG e as Secretarias de Saúde de cada Estado, sempre realizando o reconhecimento de receitas de acordo com os custos e alvos correlacionados, em atendimento a normas contábeis. Refere-se a outras receitas na área de saúde, com restrição, tais como: contribuições, descontos obtidos e doações recebidas, todas vinculadas aos contratos de gestão.

24. CUSTOS COM PROGRAMA DE ATIVIDADES DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Programa de pessoal próprio (a), Custos de serviços assistenciais e de apoio (b), Custos de higiene e sanitários (c), Medicamentos, Custo de pessoal cedido (c), Materiais em geral, Bens Adquiridos em Doações, Outros, (-) Recuperação de PIS.

25. DESPESAS OPERACIONAIS ATIVIDADE SAÚDE - COM RESTRIÇÃO
25.1. Despesas com pessoal
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Salários, Horas Extras, Adicionais, Férias, 13º salário, DSR, Horas Extras, Auxílio Educação, Pro-labore, Benefícios (i), Encargos sobre a folha, Outras Despesas com Pessoal.

25.2. Serviços Prestados por terceiros
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Serviços Advocaciais, Serviços de Consultoria (i), Serviços de Higiene e Limpeza, Serviços de Vigilância e Segurança, Serviços de Lavanderia Hospitalar, Serviços de Contabilidade, Serviços Especializados em TI, Serviços de Assessoria de Processos (ii), Indenizações, Serviços Gráficos, Despesas Corporativas (iii), Despesas com Alimentação, Serviços de Frete/Transporte, Serviços de Engenharia Clínica, Serviços Administrativos, Serviços de Auditoria, Outros Serviços.

25.3. Gastos e administrativas
Table with columns: Matríz, Consolidado for 2021 and 2020. Rows include Consumo de Materiais e Medicamentos em Geral, Aluguel de bens imóveis, Viagens e Estádias, Locação de Máquinas e equipamentos, Despesas Gerais - Matríz, Contingências, Outros Despesas, Outros Serviços.

25.4. Custos com energia elétrica, telefonia, água, internet, correios e cartório.

25.5. Gastos com energia elétrica, telefonia, água, internet, correios e cartório.

25.6. Custos com energia elétrica, telefonia, água, internet, correios e cartório.

25.7. Custos com energia elétrica, telefonia, água, internet, correios e cartório.

25.8. Custos com energia elétrica, telefonia, água, internet, correios e cartório.

